



ALGUNS ASPECTOS DA LUTA
DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA
FASE ACTUAL

SOME ASPECTS OF THE NATION-
AL LIBERATION STRUGGLE IN
THE PRESENT PHASE

Agostinho Neto

**Uma conferência dada pelo Dr. Agostinho Neto,
Presidente do Movimento Popular de Libertação
de Angola - MPLA - na Universidade de Dar es
Salaam, em 7 de Fevereiro de 1974.**



ALGUNS ASPECTOS DA LUTA DE LIBERTACAO NATIONAL NA FAZE ACTUAL

Sr. Presidente,
Senhoras e Senhores,
Camaradas,

É com o maior prazer que tomo a palavra diante do sempre interessado auditório desta Universidade, cujas preocupações, por parte dos estudantes e professores, revelam o desejo de um conhecimento profundo do nosso continente e dos diferentes factores que afectam o seu desenvolvimento. Esta é uma preocupação digna dos futuros dirigentes do país e daqueles que o formam, facto que transforma o grande prazer deste encontro em honra especial.

Que me seja permitido expor brevemente o fruto de uma experiência pessoal, de reflexões sobre a luta de libertação nacional no nosso continente. Esta experiência não é senão a expressão de uma necessidade vivida em África nos últimos cinco séculos e muito especialmente nos últimos decénios, de cada um de nós se sentir livre. É também a expressão mais vasta do desejo comum do Homem sobre a terra, de se considerar livre, capaz de se desligar das amarras de uma sociedade em que estiola e morre, como ser humano.

A luta de libertação nacional em África, na minha opinião, não pode ser desligada do contexto actual em que se desenvolve, nem pode isolar-se no mundo. Uma greve de trabalhadores na Inglaterra, a imposição do fascismo ao povo chileno ou uma explosão atómica no Pacífico, são fenómenos da mesma vida que estamos a viver, através da qual procuramos as vias para uma existência feliz para o homem sobre a terra. O facto universal é portanto particularizado em África, através das formulações correntes no plano político, económico e cultural.

Os laços históricos que ligam os nossos povos aos outros povos do mundo vão estreitar-se cada vez mais, pois que não pode haver outra tendência sobre a terra. O isolamento é impossível e é contrário à ideia de progresso técnico, cultural e político.

O problema que se nos põe neste momento é como transformar as relações injustas, geralmente de subordinação política, e económica, com os outros países e povos do mundo, sem que essa transformação se faça em desfavor do progresso social que necessariamente deve estar inoculado na acção pela liberdade e sem que o comportamento do homem seja de quem sai de uma forma de discriminação para cair numa outra forma tão negativa como a primeira, como pura inversão dos factores intervenientes. A dentro da mesma sociedade africana, o movimento de libertação nacional não deixa

também de procurar que as forças socio-económicas internas, isto é, aquelas que se desenvolvem no interior de cada país, se reestratifiquem no sentido do progresso.

Em África, estamos dando o melho do nosso esforço para acabar para sempre o paleo-colonialismo, hoje apenas existente nos territórios dominados por Portugal, como geralmente se acredita, mas que de facto são dominados por uma vasta associação imperialista protegendo de maneira injusta, interesses egoístas de homens, organizações económicas ou de grupos de países.

Os chamados regimes racistas de minoria branca, não são senão uma consequência e uma forma especial de paleo-colonialismo, em que os laços com as metrópoles se tornaram frouxos e mais apagados, em favor da ditadura minoritária branca.

Esta forma de colonização visível, clara, aberta, não impede que uma outra exista no nosso continente, outra forma de dominação mais subtil conhecida pelo nome de neo-colonialismo, em que o sujeito da exploração já não se identifica com a designação de colonizador, mas que, em diferentes níveis, actua da mesma maneira.

No entanto, as formas de submissão internas, causadas pelo fraccionamento em pequenas congregações étnicas ou linguísticas, pelo desenvolvimento de classes privilegiadas e dotadas de um dinamismo próprio, não deixam de ser também formas de opressão ligadas às formas visíveis e conhecidas como colonialismo, antigo ou novo, ou racismo. Elas aliam-se facilmente ao imperialismo e facilitam a sua penetração e influência.

Estes fenómenos são universais, eles encontram-se ou encontraram-se em todas as sociedades do mundo, mas na actualidade são agudas e bem concretas em África e é aqui que eles mais nos preocupam a nós africanos, e também aos povos com os quais temos relações ou de submissão ou de cooperação.

A dominação e a opressão coloniais ou racistas exercem-se de diferentes maneiras e a diferentes níveis. Elas não se produziram de modo uniforme sobre o nosso continente, não utilizaram sempre os mesmos agentes, não actuaram sempre sobre o mesmo estrato social ou sobre a mesma forma de organização política ou económica.

Por isso, cada um, colonizador ou colonizado, sentiram de maneira diferente este fenómeno hoje anacrónico e que se deseja ver substituído por outro tipo de relações (e quanto a este novo tipo de relações, nós os africanos ainda não estamos nem muito claros, nem de acordo).

Se para uns, colonialismo significou e significa trabalho forçado, para outros é discriminação racial; para outros ainda, é a segregação económica ou a impossibilidade de ascensão política. Mas o roubo de terras africanas pelos colonizadores, a escravização do trabalhador, o castigo corporal, ou a intensiva exploração dos bens que nos pertencem, são formas do

mesmo colonialismo, e depende da larga compreensão de todos estes factores, a capacidade de cada um se aplicar com maior ou menor inteligência e clareza na dinâmica pela solução do problema colonial.

E, como anteriormente disse, a acção contra o colonialismo está estreitamente ligada, insere-se numa outra de carácter aparentemente interno, mas na realidade tão universal como a primeira, que é a necessidade das transformações sociais de maneira a que o Homem seja realmente livre em cada país ou em cada continente do mundo.

A maneira como se encara este aspecto do problema, é também muito importante para a tomada de posição e para a orientação a seguir no processo da libertação.

Estão portanto interligados estes dois problemas cruciais do nosso continente e da nossa época, das relações com os povos estrangeiros, de um lado, e as relações das forças dispostas, no interior de cada país.

Depende de como vemos o mundo, como ante-vemos o futuro do nosso país, como sentimos na nossa pele a acção das forças estrangeiras, a atitude mais ou menos correcta, mais ou menos intensa com que entramos emocionalmente na acção libertadora.

A luta de libertação nacional na nossa etapa é pois informada não só pelos factores históricos que determinaram o colonialismo, o neocolonialismo ou os regimes racistas, mas também pelas perspectivas, pelos objectivos e pela maneira de cada um conceber o mundo e a Vida.

A reacção contra a dominação estrangeira, seja ela individual, colectiva ou organizada, não pode deixar de se informar dos dois factores apontados e que dizem respeito à história passada e à história para o futuro.

Por isso, a importância dos movimentos de libertação nacional é muito maior do que geralmente se admite, porque pela sua actividade, eles se transformam em aceleradores da história, do desenvolvimento da sociedade onde actuam e fora dela, dinamizam processos sociais, para ultrapassar o estadio actual, mesmo aquele que se apresenta em países politicamente independentes.

Os diferentes tipos de colonização em África, dotaram-nos a nós, africanos, de formas diferentes de ver o problema da libertação e é normal que assim seja, uma vez que as nossas consciências não podem retirar o material para a sua constituição senão do terreno e da experiência vivida e pelas possibilidades de conhecer o mundo.

Por vezes, nas concepções e portanto na aplicação prática dos programas de combate, diferimos e nem sempre a orientação tomada na acção libertadora preenche ambas as necessidades de se concentrar na transformação das relações entre os povos e na transformação intrínseca da vida da nação.

Daqui a necessidade de realizar com clareza o problema, e claramente responder a estas questões especiais:

—quem é o inimigo? o que é o inimigo?

—qual é o nosso objectivo?

As respostas a estas perguntas, como é óbvio, não dependem apenas do desejo de ser livre, dependem também do conhecimento e da concepção do mundo e da vida, dependem da experiência vivida. O que significa que elas não se podem desligar das ideias políticas adquiridas, das tendências ideológicas, fruto, geralmente, da origem de cada um de nós.

Sem querer entrar na análise do problema angolano, nos seus aspectos particulares, eu queria no entanto, basear-me na minha experiência, para poder esclarecer as reflexões que acabo de fazer e que farei mais adiante.

Angola, um vasto país, hoje muito pouco densamente povoado, é colonizado desde 1482 pelos portugueses. Esta é a ideia geralmente admitida. Contudo, no que respeita à colonização, Portugal não conseguiu dominar todo o nosso território desde os primeiros contactos, foram precisos séculos para conseguir impor o seu domínio político e económico a todo o nosso povo. Também não é verdade que Angola seja dominada apenas por Portugal; sobre este ponto, o mundo está suficientemente esclarecido para saber que em Angola estão em jogo os interesses políticos e económicos de várias potências no mundo. A gerência portuguesa, não impediu a presença dos seus associados, presença que se tem desenvolvido desde há séculos. A Grã-Bretanha, por exemplo, país que possui em Angola o maior volume de capitais investidos, ou os Estados Unidos da América com crescentes interesses na economia e ansiando dominar a posição estratégica do nosso país, assim como outros países da Europa, da América ou da Ásia, concorrem para a dominação do nosso povo e a exploração dos bens que nos pertencem.

Pensar hoje que Angola, Moçambique, a Guiné e outras colónias são dominadas pelo pequeno e atrasado Portugal, é tão errado como pensar que a sociedade Francesa se encontra na época feudal, (a referência à França é apenas para exemplificar).

Não é o pequeno e atrasado Portugal, o principal elemento para a colonização. Sem os capitais de outros países, sem os crescentes investimentos sem a cooperação técnica, sem as complicitades a vários níveis, a transformação radical já se teria verificado há muitos anos.

Portanto se nós podemos dizer que Portugal é o gerente de uma série de combinações política-económicas, compreenderemos que ele não é o nosso inimigo principal, mas apenas o inimigo directo. Ele é por outro lado, o elo mais fraco de toda a cadeia instituída para a dominação dos povos. Se olharmos para o próprio Portugal, para o seu panorama interior, encontramos uma sociedade que se debate ainda para ultrapassar uma obsoleta

forma de governo oligárquico, incapaz de abandonar o uso da violência contra o seu povo, para o proveito de umas quantas famílias, com uma classe camponesa debatendo-se na miséria mais triste da Europa e onde cada cidadão se sente prisioneiro no seu próprio país. É verdade o que dizem os próprios portugueses, que o seu país constitui hoje uma das maiores vergonhas da Europe e do Mundo.

Poderemos neste momento repor a questão:

—quem é o inimigo? qual é o seu carácter?

Muitas vezes se confunde o inimigo da África com o branco. A cor da pele ainda é um elemento que para muitos determina o inimigo. Há razões históricas, sociais, factos vividos que consolidaram no nosso continente essa ideia.

E é absolutamente explicável que um trabalhador das minas na África do Sul, segregado, violentado e espremido no seu suor até à última gota, sinta que o branco presente aos seus olhos, para quem ele produz riqueza, é o inimigo principal. É para ele que constroem cidades, ruas bem pavimentadas, conserva condições de higiene e de salubridade que não possui para si próprio.

É da experiência da vida que a consciência principalmente se forma. A experiência da África do Sul pode levar a esta conclusão imediata, até certo ponto logica e emocionalmente válida.

Tanto mais que, para voltar ao caso de Angola, a sociedade criada pelos colonialistas, criou mecanismos vários de defesa racial, postos ao serviço do colonialismo. O mesmo camponês pobre, miserável, oprimido e explorado na sua terra, é alvo de atenções especiais quando se fixa numa das “suas” colónias. Ele não é só imbuído de muitos patrioteiros, como também começa a gozar de privilégios económicos e sociais de que nunca pode dispor antes. Assim, entra no sistema. O colonialismo começa a servir-lhe o apetite e passa a ser o cão de guarda dos interesses da oligarquia fascista.

No entanto, nos mais íntimos sentimentos de cada um, tanto o que faz de cão de guarda como o que é explorador, não deixam de sentir-se escravos do conjunto do sistema.

E é assim que hoje podemos dizer que o fenómeno da opressão colonial ou neo-colonial no nosso continente já não se pode por ao nível da cor dos indivíduos.

O mesmo sistema que oprime e explora o camponês em Portugal é também o que oprime e explora o cidadão angolano, utilizando motivações diferentes, técnicas diferentes, mas sempre com o mesmo propósito—explorar. E entre o homem português e o homem angolano ou moçambicano ou guineense, é possível o estabelecimento de relações justas, isto é, de relações que impeçam a exploração de um homem pelo outro homem. O factor racial, não jogará senão um papel secundário e durante mais algum tempo, caso terminem as relações de senhor para escravo.

A compreensão ideológica deste problema, também facilita a sua resolução, ao serem definidos os objectivos da luta de libertação.

Em condições especiais, encontram-se já casos em que o problema racial é ultrapassado. É o que se passa na guerra. Há portugueses conscientes que desertam, para de uma maneira ou de outra se alistarem nas fileiras nacionalistas.

A nossa experiência da clandestinidade mostrou que pode haver essa colaboração racial na luta contra o sistema.

E, no fundo, o que é que nós queremos?

Não penso que a luta de libertação nacional se dirija no sentido da inversão dos sistemas de opressão de modo que o senhor de hoje seja o escravo de amanhã. Pensar assim, será querer caminhar contra o sentido da história. As atitudes de *révanche* social não são as que poderao trazer aquilo que desejamos, ou seja a liberdade do homem.

É que as lutas do libertação, desejo sublinhá-lo, de novo, não se destinam somente a corrigir violentamente as relações entre os homens, e especialmente as relações de produção, *dentro do país*,—elas constituem um factor importante para a transformacao positiva de todo o nosso continente e do mundo inteiro.

A luta de libertação nacional é também um meio de quebrar todo um sistema injusto de opressão existente no mundo.

Vejamos o lado pragmático da questão:

Não encontramos em África um único país que não mantenha relações preferenciais com a sua antiga metrópole, até pela absorção dos valores culturais inevitável num regime de tipo colonial. E mais, as formas de exploração não terminaram; por consequência, não terminaram também as formas de discriminação racial, mais ou menos acentuadas. É que nestes casos, a libertação ainda não é completa.

Numa independência onde não houvesse apenas a aparência de independência política, mas também a económica e a cultural, onde a respeito real pelos valores nacionais existissem de modo a permitir a abolição da exploração, eu acredito—o homem encontraria então a liberdade verdadeira.

Se quisermos responder à nossa pergunta, diremos que o inimigo é o colonialismo, o sistema colonial, e ainda o imperialismo, que sustenta o primeiro, sendo até o inimigo principal.

Estes inimigos utilizam em seu favor, todas as contradições que possam encontrar na sociedade dominada. Os factores raciais, tribais, de classe, e outros. Sobre eles constroem as suas bases de exploração e mantem, modificando-lhes o aspecto, quando já não podem ser mantidos.

Assim, em África, já não é a dominação política formal que pode prevalecer, mas ninguém se libertou da dominação económica. Ela aí está presente e por isso mesmo, me é muito grata a fórmula adoptada por alguns partidos políticos no poder em África, ao dizer que eles também são movimentos de libertação nacional. Assim se exprime o completo significado do fenómeno da libertação.

Deste conceito mais largo de libertação nacional, provem consequências importantíssimas para a necessária cooperação entre os oprimidos da terra.

Continuarei dizendo, portanto, que a libertação nacional, tem de ser uma etapa para a realização de uma forma mais vasta de libertação, que é a libertação do homem.

Se se afasta desta ideia, o dinamismo desaparece, as contradições essenciais no país não terminam.

A experiência angolana mostrou já que o carácter anti-racista puro, não pode permitir o pleno desenvolvimento da luta pela liberdade. A nossa sociedade, desde há séculos, contém dentro de si os elementos brancos, chegados como ocupantes, como conquistadores, mas que tiveram tempo de se enraizar, de se multiplicar e existir por gerações e gerações sobre o nosso território. Essa população branca domina os centros urbanos, provocando o fenómeno da mestiçagem, que torna a nossa sociedade interligada nos seus componentes raciais.

Se a luta de libertação esquece a realidade de país e se atém a formulações gratas a nacionalistas sinceros mas pouco preocupados com o aspecto do desenvolvimento socio-histórico do povo, ela estiola-se e não pode atingir os seus objectivos políticos e humanos.

Todos aqueles que num país desejam participar de forma qualquer da luta de libertação, devem poder fazê-lo.

A preocupação em África de fazer da luta de libertação uma luta racial de pretos contra brancos, não só é epidérmica, mas podemos dizer reacionária e essa tese não tem futuro, no momento mesmo em que verificamos haver mais contactos entre pretos e brancos sobre o continente do que na época do colonialismo.

As relações alargadas com os países socialistas, com os países anti-coloniais (na forma antiga), as relações chamadas de cooperação com as antigas metrópoles, chamaram à África um notável número de europeus, americanos, asiáticos, que não existiu nunca em nenhuma época da história.

Pôr, portanto, o problema preto contra branco, é falsear a questão; e desviá-la do seu objectivo.

O que queremos nós?

Uma vida independente como Nação, uma existência em que as relações económicas sejam justas entre os países e dentro do país, um reviver dos valores culturais ainda válidos para a nossa época.

O conceito literário de negritude, nascido das correntes filosófica-literárias que fizeram a sua época, com o existencialismo e o supra-realismo, pôs com acerto o problema da consciencialização cultural do homem negro no mundo, independentemente da área geográfica em que ele se dispersou.

Conjuntamente com a ideia do panafricanismo, o conceito de negritude, começou a um certo momento, a falsear o problema negro.

É justo, era justo realçar os valores culturais na sua essência, que os povos negros transportaram para todos os continentes, com predominância para o continente americano. A nossa cultura deve ser defendida, desenvolvida. o que não significa dizer que deva ser mantida em estagnação.

No fundo e como vários pensadores têm afirmado, a luta de libertação nacional é uma luta pela cultura. Mas eu creio que os laços culturais não evitam de modo algum a compartimentação política.

Este tem sido um ponto equívoco em muitas manifestações ditas de libertação nacional.

E não posso deixar de exprimir aqui a minha inteira identidade política com a luta dos povos negros da América, lá onde se encontrem e admirar a vitalidade dos descendentes ainda hoje oprimidos e segregados na sociedade americana, especialmente nos Estados Unidos. Digo especialmente nos Estados Unidos, porque não acredito muito na inteira liberdade dos negros e na igualdade nacional no Brasil, de que tanto se fala e de que nos pretendem convencer.

A ascensão social do negro americano é notável, ao ponto de hoje o negro americano se distinguir em África não só pelo seu comportamento mas também pelo standard intelectual e nível técnico.

Raras vezes as características somáticas do negro americano permitem dúvidas sobre a sua origem. E assim é que o fenómeno da miscegenação produziu um outro tipo de homem. Aquele tipo que em Angola o homem vulgar chamaria branco ou mestiço, nos Estados Unidos é negro.

Não existe portanto uma identificação somática e há fortes diferenças culturais como não poderia deixar de ser.

Por isso, sem confundir origens com os compartimentos políticos, a Américas é a América, a África é a África.

Hoje estamos todos ligados, solidários numa luta de libertação contra opressores que apresentam a mesma côr, mas amanhã certamente, haverá personalidades sociais diferentes a preservar. E o processo evolutivo da humanidade para que as diferenças se extingam, não podem deixar de

provocar nos Estados Unidos, uma diluição ainda maior das diferentes etnias hoje antagónicas. A América tem a sua vida própria, do mesmo modo que Angola ou Mocambique tem a sua própria vida. Embora tenhamos de nos identificar, como negros, na defesa dos nossos valores, não posso esconder a preocupação por vezes mal fundamentada para que alguns dos nossos irmãos do outro lado do Oceano Atlântico tenham uma messiânica preocupação de encontrar um Moisés para o regresso à África. Certamente, esta teoria, para muitos está ultrapassada.

Mas vou voltar ainda à questão de saber quem é o nosso inimigo.

Relembro que, na minha compreensão, as reacções primárias contra um sistema de opressão derivam da vivência, da maneira como se sentiu essa opressão. Citei o caso da África do Sul.

Não quero ignorar neste momento a pressão que é feita sobre os Movimentos de Libertação para conservar uma pretensa *pureza negra*. Cita-se muitas vezes o caso da América onde a luta racial é para os negros, a mais aparente. Não sejam estas frases tomadas como críticas aos nossos bravos irmãos americanos negros, eles melhor do que ninguém sabem como orientar a sua luta, como encarar a transformação da sociedade americana de modo que lá, o homem seja livre.

Mas permitam-me também que eu rejeite toda e qualquer ideia que deseje transformar a luta de libertação nacional em Angola, em luta racial. Eu direi que em Angola, a luta *também* assume o aspecto racial, pois que a discriminação faz-se. A exploração do negro faz-se. Mas ela é fundamentalmente uma luta contra o sistema colonial e contra o seu aliado principal, o imperialismo.

Rejeito também a ideia da libertação negra, num momento em que a unidade da África é um dos princípios da OUA aceite universalmente, e sabendo que em África existem os Povos Árabes, existem áreas que não são negras. O problema não pode ser puramente racial. Enquanto houver imperialismo há possibilidade de continuar o colonialismo.

Estes são os inimigos, para nós.

O que nós desejamos é estabelecer uma sociedade nova, onde negros e brancos possam viver em conjunto. Naturalmente e para não ser mal interpretado, devo acrescentar que o processo democrático deve exercer-se de tal modo que a massa popular mais explorada (a negra) tenha o controle do poder político porque ela é aquela que mais longe pode ir no estabelecimento de direitos apropriados para todos.

Luta do povo pelo poder político, pela Independência económica, pelo restabelecimento da vida cultural, pela desalienação, pelas relações com todos os povos, numa base de igualdade e de fraternidade, tais são os objectivos da nossa luta.

Estes objectivos são fixados através da definição do inimigo, da definição do nosso povo e do carácter da nossa luta, que é uma luta revolucionária,

atingindo não sómente as bases do sistema colonial, mas também os fundamentos da nossa própria sociedade, como nação e como povo. Mas nesta etapa, pode processar-se uma tal libertação?

Vejamos.

Estamos num período em que as forças imperialistas se dispõem com dinamismo e com tenacidade no palco africano. Combinados com os colonialistas portugueses, com os regimes racistas da África Austral, o imperialismo está presente no nosso continente. A sua influência sente-se. A sua acção provoca sobressaltos na vida da África. O neocolonialismo é um facto. Em toda a África, ainda há que lutar pela Independência, ou política em algumas áreas, ou económica noutras, ou cultural na quase totalidade.

O imperialismo procura ao máximo manter as fontes de matérias primas e a mão de obra barata. Este é o fenómeno em que se debate não só a África mas todo o chamado "terceiro mundo".

No mundo dividido em blocos, dos quais era hábito distinguir o bloco socialista do bloco capitalista, surgiu o não-alinhamento para poder tentar o equilíbrio e a defesa dos menos desenvolvidos.

E dentro desta divisão, são os socialistas que arvoram a bandeira do internacionalismo e na realidade dão o maior do apoio aos movimentos de libertação.

Mas, hoje o campo socialista encontra-se dividido, enfraquecido por inconciliáveis concepções ideológicas e as relações de solidariedade que faziam destes países uma fortaleza de ferro e impenetrável, quebraram-se e estão longe de se restabelecer.

As relações de solidariedade modificaram-se e conflitos de maior ou menor importância, mancham o ideal proclamado pelo socialismo. Assim, do mesmo modo que em vários países africanos encontramos nos seus mercados os produtos de países dominados pelo inimigo, da África do Sul, de Portugal, da Rodésia, nós vemos com muita preocupação o aumento de relações comerciais e culturais especialmente com Portugal, em particular, por parte de alguns países socialistas.

Assim, a libertação nacional em África, sejamos realistas, não dispõe de bases muito sólidas na arena internacional e não são as afinidades políticas ou ideológicas que contam. Não são também os próprios objectivos, mas na maior parte dos casos, outros interesses dominam as relações entre as forças de libertação e o mundo.

Estamos numa outra época. O mundo transforma-se e temos que constatar o facto.

Assim, os interstícios por onde o inimigo pode penetrar, são numerosos.

No entanto, como factor essencial, temos de reconhecer que a luta de libertação nacional é uma causa que, hoje, raros deixam de apoiar, com maior ou menor sinceridade. A independência política para a maioria africana é uma aquisição do nosso tempo.

E como várias correntes políticas e tendências ideológicas estão em jogo, com interesses por vezes antagónicos, os movimentos de libertação vêm-se a braços com o problema da sua independência política e ideológica, o problema da preservação da sua personalidade, que deve reflectir a imagem social do país.

A preservação da independência não é fácil e por vezes a luta é afectada pelas nossas próprias contradições. E as contradições podem provir das diferentes concepções de que derivam a definição do inimigo e dos nossos objectivos.

Alguns gostariam de ver os movimentos de libertação tomar o rumo de luta de classes, como na Europa. Outros gostariam de o ver racista, D. Quixote lançado contra o moinho de vento de pele branca. Outros gostariam de o ver tribalizado, federalizado segundo aquilo que imaginam dum país que lhes é desconhecido. Outros, idealistas, gostariam de os ver enveredar na senda do compromisso político com o inimigo.

Estas tentativas de transformar os movimentos de libertação em satélites de partidos no poder, sujeitos a um paternalismo inadmissível, é provocado pelo facto de a maioria dos movimentos de libertação conduzindo uma luta armada, terem de o fazer a partir do exterior da sua pátria.

O exílio produz os seus efeitos.

“O pior mal que nos fizeram os portugueses — dizia um dos meus mais inteligentes amigos — é o de nos obrigarem a fazer a luta de libertação a partir do exterior”. Eu concordo.

A Organização da Unidade Africana, que alguma coisa tem feito, especialmente no plano político, para valorizar os movimentos de libertação nacional, ainda terá de os ajudar bastante para que eles se vejam independentes, respeitando as conveniências e as intervenções programáticas das diferentes organizações, de acordo com a realidade do país.

O diálogo entre a África independente e a África dependente ainda não é satisfactorio e por isso mesmo os combates políticos não se desenvolvem com a força necessária.

Nós poderíamos divagar sobre as várias nuances da acção política para demonstrar as nossas insuficiências, mas não desejarei neste momento dar a ideia de haver intenção crítica na apreciação do momento que atravessamos nesta fase de libertação.

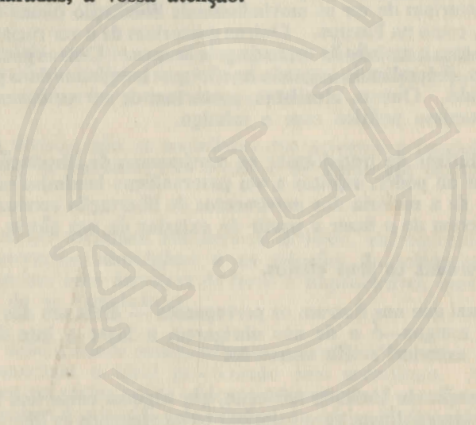
Direi apenas que, por exemplo, poderíamos colaborar mais no plano económico, de modo a travar também a batalha neste campo. No que respeita

a Portugal, o roubo das nossas riquezas como o petróleo, o café, os diamantes, o ferro, etc. produtos que são comercializados por organismos internacionais, nos quais participam africanos, poderia ser impedido, ou pelo menos diminuído.

E que mal faria a associação dos movimentos de libertação nas discussões sobre problemas cruciais do nosso tempo e que vão certamente afectar o desenvolvimento do nosso continente, como por exemplo a associação mais larga da África no Mercado Comum, ou os problemas da Segurança Europeia?

Enfim, poderíamos demorar ainda mais tempo nas reflexões sobre experiências vividas nesta luta de libertação nacional.

Termo aqui, agradecendo ao Sr. Presidente e a todas as senhoras e senhores, camaradas, a vossa atenção.



SOME ASPECTS OF THE NATIONAL LIBERATION STRUGGLE IN THE PRESENT PHASE

Mr. Chairman,
Ladies and Gentlemen,
Comrades,

It is with the greatest pleasure that I am speaking before the always deeply interested audience of this University, whose preoccupation, on the part of both students and lecturers, shows a desire for a profound understanding of our continent and of the different factors affecting its development. This is a preoccupation worthy of the country's future leaders and of those who are forming them, which fact transforms the great pleasure of this meeting into a special honour.

I should like briefly to outline the fruit of my personal experience, the fruit of reflection on the national liberation struggle on our continent. This experience is simply an expression of a need experienced in Africa over the past five centuries, and most especially in the last decades, the need for each and every one of us to feel free. It is also a broader expression of the common desire of men in this world to regard themselves as free, as capable of releasing themselves from the shackles of a society in which they weaken and die as human beings.

In my opinion, the national liberation struggle in Africa cannot be dissociated from the present context in which it is taking place; it cannot be isolated from the world. A workers' strike in England, the imposition of fascism on the Chilean people or an atomic explosion in the Pacific are all phenomena of this same life that we are living and in which we are seeking ways to a happy existence for man in this world. This universal fact is however rendered particular in Africa through current political, economic and cultural concepts.

The historical bonds between our peoples and other peoples in the world are becoming ever closer, since there can be no other trend on earth. Isolation is impossible and it is contrary to the idea of technical, cultural and political progress.

The problem facing us now is how to transform unjust relations with other countries and peoples in the world, generally relations of political and economic subordination, without this transformation taking place to the detriment of the social progress which must of necessity be injected into action to win freedom, and without which one's behaviour would be that of a man coming out of one form of discrimination only to fall into another as negative as the first, as a simple inversion of the intervening factors. And within this same African society, the national liberation movement also

seeks to ensure that the internal socio-economic forces, that is, those that evolve within each country, are restructured in the direction of progress.

In Africa we are making every effort to put a final end to paleo-colonialism, which barely exists today in the territories dominated by Portugal, contrary to the general belief, since they are in fact dominated by a vast imperialist partnership which is unjustly protecting the selfish interests of men, economic organisations and groups of countries.

The so-called white minority racist regimes are merely a consequence and a special form of paleo-colonialism in which links with the metropolises have become slack and less distinct in favour of a white minority dictatorship.

This visible, clear and open form of colonialism does not prevent the existence on our continent of another more subtle form of domination which goes by the name of neo-colonialism, in which he who exploits is no longer identified by the name coloniser, but acts in the same way at various levels.

However, internal forms of subjugation caused by fragmentation into small ethnic or linguistic groupings, by the development of privileged classes endowed with their own dynamism, are also forms of oppression linked with the visible forms known as colonialism, old or new, and racism. They easily ally themselves with imperialism and facilitate its penetration and influence.

These phenomena are universal and they are found or have been found in all societies in the world, but at the present time they are acute and very tangible in Africa, and it is here that they most concern us Africans, as well as other nations with which we have relations either of subjugation or cooperation.

Colonial and racist domination and oppression are exercised in different ways and at different levels. They do not take place in a uniform way on our continent, they do not always use the same agents, and they do not always act on the same social stratum or on the same type of political or economic organisation.

For this reason, everyone, whether coloniser or colonised, feels in a different way this phenomenon which is today anachronistic and which it is desired to replace by other kinds of relations (and we Africans are not yet very clear or very much in agreement on these new kinds of relations).

Whereas for some people colonialism meant and still means forced labour, to others it is racial discrimination, while for others it is economic segregation and the impossibility of political advancement. But the plunder of African lands by the colonisers, the enslavement of the worker, corporal punishment and the intensive exploitation of the wealth that belongs to us are forms of the same colonialism; and the capacity of each person to apply himself to the dynamics of solving the colonial problem, with greater or lesser intelligence and clarity, depends on a broad understanding of all these factors.

And, as previously stated, action against colonialism is closely linked with and part of something else of an apparently internal nature, but which is in fact as universal as the first, which is the need for social transformations, so that man may be truly free in every country and every continent in the world.

The way in which this aspect of the problem is tackled is also very important to the stand taken and the line to be followed in the liberation process.

These two crucial problems of our continent and of our era are therefore closely interconnected with relations with foreign peoples, on the one hand, and with the relations among the ready forces within each country.

The correctness of attitude and the emotional intensity with which we embark upon action for liberation depend on how we see the world, how we foresee our country's future and the extent to which we feel in our skin the action of the foreign forces.

The national liberation struggle in our era is therefore influenced not only by the historical factors determining colonialism, neo-colonialism or racist regimes, but also by its own prospects, its objectives and the way each person sees the world and life.

Reaction to foreign domination, whether individual, collective or organised, must of necessity be influenced by the two factors mentioned, which have to do with both past and future history.

This is why the importance of the national liberation movements is much greater than is generally admitted, because through their activity they are transforming themselves into accelerators of history, of the development of the society within which they are acting and also outside it, imparting fresh dynamism to social processes to transcend the present stage, even that in politically independent countries.

The different types of colonisation in Africa have endowed us Africans with different ways of seeing the problem of liberation, and it is natural that it should be thus, since our consciousness cannot draw upon material to form itself except from the field of lived experience and from our possibilities of knowing the world.

Sometimes we differ in our concepts and, hence, in the practical implementation of combat programmes, and the line taken in action for liberation does not always fulfil the twofold need to concentrate both on transforming the relations between peoples and intrinsically transforming the life of the nation.

Hence the need to see the problem clearly and to provide clear answers to the following specific questions:

- Who is the enemy and what is the enemy?
- What is our objective?

It is obvious that the answers to these questions do not depend simply on the desire to be free. They also depend on knowledge and on a concept of the world and life, on lived experience. This means that they cannot be dissociated from acquired political ideas, from ideological positions which generally result from the origins of each and every one of us. Without wishing to go into an analysis of the Angolan problem in its specific aspects, I should nevertheless like to clarify the ideas I have just put forward and shall put forward later, basing myself on my own experience.

Angola is a vast country which today has a very low population density and which has been colonised by the Portuguese since 1482. This is the generally accepted idea. However, as far as colonisation is concerned, Portugal did not succeed in dominating all of our territory on its first contact. It took centuries before it was able to impose its political and economic rule over the whole of our people. And I wish again to emphasise that neither is it true that Angola is dominated only by Portugal. The world is sufficiently enlightened on this point to know that the political and economic interests of several world powers are involved in Angola. Portugal's administration has not prevented the presence of its partners, a presence which has been there for centuries. For example, Great Britain, the country with the largest volume of capital investments in Angola, and the United States of America, with growing economic interests and longing to control our country's strategic position, as well as other countries of Europe, America and Asia, are competing for the domination of our people and the exploitation of the wealth that belongs to us.

To think that Angola, Mozambique, Guinea and other colonies are dominated by small and backward Portugal today is to be as mistaken as to think that French society is now in the feudal era (the reference to France is merely by way of example).

Small and backward Portugal is not the chief factor of colonisation. Without the capital of other countries, without growing investments and technical cooperation, without complicity at various levels, radical transformations would already have taken place many years ago.

Therefore, if we can say that Portugal is the manager of a series of politico-economic deals, we will see that it is not our principal enemy but merely our direct enemy. At the same time, it is the weakest link in the whole chain established for the domination of the peoples. If we look at Portugal itself, at the internal picture it presents, we see a society which is still striving to transcend an obsolete form of oligarchic government, incapable of abandoning the use of violence against its people for the benefit of just a few families, with a peasant class struggling in the most dire poverty in Europe, and where every citizen feels himself a prisoner in his own country. The Portuguese themselves are right when they say that their country is today one of the greatest disgraces of Europe and the world.

We can now give an answer to the question:

—Who is the enemy and what is his nature?

The enemy of Africa is often confused with the white man. Skin colour is still a factor used by many to determine the enemy. There are historical and social reasons and lived facts which consolidate this idea on our continent.

It is absolutely understandable that a worker in the South African mines who is segregated and coerced, and whose last drop of sweat is wrung from him, should feel that the white man he sees before him, for whom he produces wealth, is the principal enemy. It is for him that he builds cities and well-paved roads and maintains hygienic and salubrious conditions which he himself does not have.

Consciousness, as I have said, is formed chiefly from one's experience of life. The experience of South Africa could lead to this immediate conclusion, which is to a certain extent logical and emotionally valid.

All the more so in that the society created by the colonialists, to come back to the case of Angola, created various racial defence mechanisms which were made to serve colonialism. The same poor, wretched and oppressed peasant who is exploited in his own country is the object of special attention when he establishes himself in one of "its" colonies. He is not only imbued with a lot of jingoism, but he also starts to enjoy economic and social privileges which he could never have before. Thus he becomes a part of the system. He starts to get a taste for colonialism and becomes a watchdog of the interests of the fascist oligarchy.

However, deep in their hearts both the watchdog and the exploiter nonetheless feel themselves slaves of the system as a whole.

We can therefore say today that the phenomenon of colonial or neo-colonial oppression in our continent cannot be seen in terms of the colour of individuals.

The same system as oppresses and exploits the peasant in Portugal also oppresses and exploits the Angolan citizen, using different motivation, different techniques, but always with the same goal—to exploit. And the establishment of just relations is possible between Portuguese men and Angolan, Mozambican and Guinean men, that is, the establishment of relations which prevent the exploitation of one man by another. The racial factor will play only a secondary role, and for a little time more, once relations between master and slave are ended.

An ideological understanding of this problem also makes it easier to solve it once the objectives of the liberation struggle are defined.

In special conditions there are already cases where the racial problem is overcome. This is what happens in the war. There are conscious Portuguese who desert to join the nationalist ranks in one way or another.

Our experience of clandestine struggle showed that there can be such racial cooperation in the struggle against the system.

And what do we really want basically?

I do not think that the national liberation struggle is directed towards inverting systems of oppression in such a way that the master of today will be the slave of tomorrow. To think in this way is to go against the current of history. Attitudes of social revenge can never be what we want, which is the freedom of men.

And I should like again to emphasise that the liberation struggles are not aimed solely at violently correcting the relations between men and especially the production relations *within the country*—they are an important factor for the positive transformation of our entire continent and the whole world.

The national liberation struggle is also a means of overthrowing a whole unjust system of oppression existing in the world.

Let us look at the question pragmatically:

We do not find a single country in Africa which does not maintain preferential relations with its former metropole, even through the absorption of the inevitable cultural values of a regime of a colonial type. What is more, the forms of exploitation do not end and neither, consequently, do the forms of racial discrimination, accentuated to a greater or lesser degree. In such cases, liberation is not yet complete.

Under independence in which there is not merely apparent political independence, but also economic and cultural independence, where respect for true national values exists, so as to make it possible to abolish exploitation, I believe that man would find true freedom.

To answer our question, we would say that the enemy is colonialism, the colonial system, and also imperialism, which sustains the former, to the point of being the principal enemy.

These enemies use on their own behalf all the contradictions they can find in the dominated society: racial, tribal, class and other factors. On them they build their foundation for exploitation and maintain it, changing its appearance when it can no longer be maintained.

Thus, in Africa formal political domination can no longer prevail, but no one is yet free from economic domination. It is present there, and it is for this very reason that I am very pleased by the formula adopted by some political parties in power in Africa when they say that they too are national liberation movements. This expresses the full significance of the phenomenon of liberation.

This broader concept of national liberation has vitally important consequences as regards the necessary cooperation between the oppressed of the world.

I shall therefore go on to say that national liberation must be a stage for the achievement of a vaster form of liberation, which is the liberation of man.

If one loses sight of this idea, dynamism disappears and the essential contradictions in a country remain.

The Angolan experience has already shown that pure anti-racism cannot permit the full development of the liberation struggle. For centuries our society has had within it white people who came as occupiers, as conquerors, but who had time to establish roots, to multiply, and to live for generations and generations on our territory. This white population dominates the urban centres, giving rise to the fact of people who are racially mixed, making our society interlinked in its racial components.

If the liberation struggle overlooks the realities of the country, and if formulations are taken up which are pleasing to nationalists who are sincere but not over-concerned about the aspect of the people's socio-historical development, it weakens itself and cannot attain its political and human objectives.

Everyone in a country who wants to participate in whatever way in the liberation struggle should be able to do so.

The preoccupation in Africa of making the liberation struggle a racial struggle of blacks against whites is not only superficial, but we can say that it is reactionary and that this view has no future at the very time when we see more contact between blacks and whites on the continent than in the era of colonialism.

The expanded relations with socialist countries and with countries which are against colonialism (in its old form), and the so-called relations of cooperation with the former metropolises have brought to Africa a noteworthy number of Europeans, Americans and Asians, more than there have ever been in any era of Africa's history.

Therefore, to pose the problem as one of black against white is to falsify the question and deflect us from our objective.

What do we want?

An independent life as a nation, a life in which economic relations are just both between countries and within the country, a revival of cultural values which are still valid for our era.

The literary concept of negritude, born of philosophico-literary trends which have had their day, like existentialism and surrealism, posed with discernment the problem of arousing the cultural consciousness of the black man in the world, irrespective of the geographical area to which he had been dispersed.

Like the idea of Pan-Africanism, the concept of negritude started at a certain point to falsify the black problem.

It is and was correct to heighten the essence of cultural values which black people took to all the continents, and predominantly to the American

continent. Our culture must be defended and developed, which does not mean that it must remain stagnant.

Basically, and as various thinkers have asserted, the national liberation struggle is a struggle for culture. But I do not believe that cultural links in any way prevent political compartmentalisation.

This has been an equivocal point in many alleged demonstrations of national liberation.

I cannot fail to express my full political identification with the struggle of the black peoples of America where they are, and to admire the vitality of descendents who today are still oppressed and segregated in American society, especially in the United States. I say *especially* in the United States, because I do not very much believe in the full freedom of blacks or the national equality in Brazil of which they talk so much and are trying to convince us.

The social advancement of the black American has been noteworthy, to the extent that today the black American distinguishes himself in Africa not only by his compartment but also by his intellectual and technical level.

Only rarely do the physical characteristics of black Americans allow any doubt as to their country of origin. Thus, the phenomenon of miscegenation has produced a new kind of man. The type that the ordinary man in Angola calls a white man or a mulatto is a black man in the United States.

There is therefore no physical identity and there are strong cultural differences, as there could not fail to be.

Therefore, without confusing origins with political compartments, America is America and Africa is Africa.

Today we are all linked in solidarity in a liberation struggle against oppressors who have the same colour, but tomorrow there will certainly be different social personalities to be preserved. And the evolutionary process of mankind through which differences are obliterated cannot but bring about an even greater mingling of the now antagonistic ethnic groups in the United States. America has its own life, just as Angola and Mozambique have their own life. Although we have to identify each other as black men in defending our values, I cannot conceal my sometimes ill-founded concern at the way some of our brothers from the other side of the Atlantic have a messianic desire to find a Moses for a return to Africa. For many this theory is certainly out of date.

But I should like to return to the question of knowing who is our enemy.

As stated previously, according to my understanding the first reactions against a system of oppression stem from the way one lives, from the way one feels this oppression. I cited the case of South Africa.

I do not wish to ignore at this moment the pressure that is exerted on the liberation movements to maintain so-called *black purity*. The case of America, where the racial struggle is the most apparent to the blacks, is often cited. What I am saying should not be taken as criticism of our brave black American brothers, who know better than anyone how to orient their struggle, how to envisage the transformation of American society so that man will be free there.

But allow me also to reject any idea on the transformation of the national liberation struggle in Angola into a racial struggle.

I would say that in Angola the struggle *also* assumes a racial aspect since discrimination is a fact. The black man is exploited there. But it is fundamentally a struggle against the colonial system and its chief ally, imperialism.

I also reject the idea of black liberation, since the unity of Africa is one of the principles universally accepted by the OAU, and knowing that in Africa there are Arab peoples, that there are some areas which are not black. The problem cannot be purely racial. So long as there is imperialism, it will be possible to continue colonialism.

And as I have said, for us they are the enemies.

What we want is to establish a new society where black and white can live together. Naturally, and so as not to be misinterpreted, I must add that the democratic process must be exercised in such a way that the most exploited masses (who are black) have control of political power, since they can go furthest in establishing proper rights for all.

A people's struggle for political power, for economic independence, for the restoration of cultural life, to end alienation, for relations with all peoples on a basis of equality and fraternity — these are the objectives of our struggle.

These objectives are set by defining who is the enemy, by defining who are the people and what is the character of our struggle, which is a revolutionary struggle affecting not only the foundations of the colonial system but also the foundations of our own society, as a nation and as a people.

But can such liberation take place at this stage?

Let us see.

We are in a period in which the imperialist forces are deploying themselves on the African scene with dynamism and tenacity. Together with the Portuguese colonialists, with the racist regimes in Southern Africa, imperialism is present on our continent. Its influence can be felt. Its activity is causing alarm in the life of Africa. Neo-colonialism is a fact. Everywhere in Africa there is still the need to struggle for independence, whether political in some areas, economic in others, or cultural almost everywhere.

Imperialism is doing everything it can to maintain sources of raw materials and cheap labour. This is a phenomenon which is being debated not only in Africa but in the whole of the so-called third world.

In a world divided into blocs, among which it was customary to distinguish between the socialist bloc and the capitalist bloc, non-alignment has arisen to try to seek a balance and to defend the less developed.

And within this division, it is the socialists who hold high the banner of internationalism and in fact give the most support to the liberation movements.

But today the socialist camp is divided, weakened by irreconcilable ideological concepts, and the relations of solidarity which made these countries an impenetrable iron fortress have broken down and are taking a long time to be restored.

The relations of solidarity have changed and conflicts of greater or lesser importance have marred the avowed ideal of socialism.

Thus, in the same way as a number of African countries have on their markets products from countries dominated by the enemy, from South Africa, Portugal and Rhodesia, we see with great concern the increase by some socialist countries of commercial and cultural relations with especially Portugal.

So, let us be realistic, the national liberation struggle in Africa does not have very sound bases in the international arena, and it is not political or ideological affinities that count, nor even the objectives themselves, for in most cases other interests dominate relations between the liberation forces and the world.

We are in another era. The world is changing and we have to take note of this fact.

Thus, there are many cracks through which the enemy can penetrate. However, an essential factor we must recognise is that the national liberation struggle is today a cause which few people fail to support, with greater or lesser sincerity. Political independence for the African majority is an attainment of our time.

And since various political currents and ideological trends are involved, with sometimes antagonistic interests, the liberation movements find themselves at grips with the problem of their political and ideological independence, the problem of preserving their personality, which must reflect the social image of the country.

To preserve independence is not easy, and sometimes the struggle is affected by our own contradictions. And contradictions can stem from different concepts from which our definition of who is the enemy and of our objectives derives.

Some would like to see the liberation movements take the direction of a class struggle as in Europe. Others would like to see it racist, Don Quixote tilting at a windmill with a white skin. Others would like to see it tribalised, federalised, according to their idea of a country which they do not know. Others, idealists, would like to see us heading along the path to political compromise with the enemy.

These efforts to transform the liberation movements into satellites of parties in power, subject to unacceptable paternalism, are caused by the fact that most of the liberation movements conducting an armed struggle have to do so from outside their countries. Exile has its effects.

"The worst thing the Portuguese did to us," said one of my most intelligent friends, "was to oblige us to wage a liberation struggle from abroad." I agree.

The Organisation of African Unity, which has done something, especially politically, to promote the national liberation movements, will still have to help them enough for them to be independent, respecting the conventions and the programmatic involvement of different organisations, in accordance with the realities of the country.

The dialogue between independent Africa and dependent Africa is still not satisfactory, and for this very reason the political battles are not taking place with the required force.

We cannot digress on the various nuances of political action to demonstrate our shortcomings, but I do not want at this time to give the idea of having had any critical intention in my appraisal of the period we are going through in this phase of liberation.

I will merely say that we could, for example, cooperate on economic matters, so as to wage the battle in this field too. With regard to Portugal, its plunder of our resources, like oil, coffee, diamonds, iron, etc., products which are marketed by international bodies in which Africans participate, could be prevented or at least decreased.

And what harm would there be in involving the liberation movements in discussions on the crucial problems of our times which will certainly affect the development of our continent, like for example the broader association of Africa with the Common Market, or problems of European security?

And the problem of Southern Africa? Will we be permitted to discuss it exhaustively one day?

Finally, we could go on much longer reflecting on our lived experience in this national liberation struggle.

I shall end here, thanking you Mr. Chairman and all the ladies and gentlemen and comrades for your attention.

373 R



**A lecture delivered by Dr. Agostinho Neto,
President of the People's Movement for the
Liberation of Angola, MPLA, at the University
of Dar es Salaam, on 7 February 1974.**





People's Movement for the Liberation of Angola, MPALA,
P.O. Box 20793 — Dar es Salaam — Tanzania.

0373